



CÂMARA DOS DEPUTADOS

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 4

REAPLICAÇÃO

CONSULTOR LEGISLATIVO

ÁREA IV (FINANÇAS PÚBLICAS)

TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **70 (setenta)** questões objetivas, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas.



TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas.
- **2 (duas) horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova.
- A partir dos **30 minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões.
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique **imediatamente** o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas.
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s).
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não** será permitida troca do cartão de resposta em caso de **erro** do candidato.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas.
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa sorte!

Conhecimentos Específicos

1

Após a eleição presidencial de 2022, a eventual adoção de uma estratégia de aumento do gasto público para estimular a atividade econômica elevou o ambiente de incerteza, já que persistia a fragilidade fiscal da economia brasileira.

Nesse contexto, a seguinte medida de política econômica para estímulo da atividade econômica se destaca:

- (A) a redução dos depósitos compulsórios dos bancos, como medida de política fiscal expansionista.
- (B) a realização de obras públicas, com aumento da despesa pública em uma estratégia de política fiscal contracionista.
- (C) a redução das taxas de juros, como medida de política fiscal expansionista.
- (D) a redução dos depósitos compulsórios dos bancos, como medida de política monetária expansionista.
- (E) o aumento dos tributos com a nova proposta de reforma tributária em uma política fiscal expansionista.

2

Acerca da evolução histórica do Planejamento Governamental no Brasil, é correto afirmar que

- (A) os instrumentos de planejamento atuais no Brasil remontam ao período da República do Café com Leite, sem quaisquer elementos efetivos normatizados.
- (B) durante a década de 1980, e até 1994, o Brasil teve, como resultado do modelo de planejamento governamental, um Plano de Estabilização que viria a ter como meta atingida o controle da inflação e a consolidação de uma nova moeda: o Real.
- (C) a partir de meados da década de 1990 o Planejamento Governamental no Brasil evoluiu para uma estrutura com Planos Plurianuais (PPAs) de quatro anos.
- (D) os elementos do PPA, da LDO e da LOA foram implementados a partir da Constituição Federal de 1988, com periodicidade trienal uniformizada.
- (E) ainda não há norma constitucional para fundamentação do Planejamento Governamental no Brasil.

3

O modelo orçamentário brasileiro é definido na Constituição Federal de 1988 do Brasil. Ele compõe-se de três instrumentos: o Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA.

Com relação a esses instrumentos, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

- () A LDO reforça o texto constitucional quando determina que as informações sobre a execução física das ações orçamentárias e os resultados de avaliações e do monitoramento de políticas públicas e programas de governo devem ser considerados como diretrizes na alocação de recursos na LOA.
- () A LDO é um instrumento que detalha a execução do orçamento anual.
- () A coerência entre o plano de governo delineado a partir das promessas de campanha e o PPA será o reflexo da vontade popular manifestada no processo eleitoral.
- () A LOA expressa a sua integração com o PPA por meio dos programas. Deve-se observar a consistência entre a ação e os demais elementos Plano Plurianual.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V – F.
- (B) V – F – V – V.
- (C) V – F – F – V.
- (D) F – V – V – V.
- (E) F – F – V – V.

4

A classificação orçamentária por natureza de receita estabelece os códigos que são estruturados e a associação é efetuada por meio de um código numérico de 8 dígitos, de forma a proporcionar extração imediata de informações. Assim, busca-se prover celeridade, simplicidade e transparência. Quando, por exemplo, o imposto de renda pessoa física-IRPF é recolhido, aloca-se a receita pública correspondente na natureza de receita código “1.1.1.3.01.1.1”.

Dessa forma, os dígitos do 4º ao 7º (3.01.1) se referem ao seguinte significado:

- (A) Categoria Econômica.
- (B) Espécie.
- (C) Tipo.
- (D) Desdobramento para identificar peculiaridades.
- (E) Origem.

5

O orçamento é um instrumento político, essencial para a consecução dos objetivos prioritários da comunidade, que representa um contrato formulado anualmente entre governo e sociedade. É por meio dos instrumentos de planejamento orçamentário que se identificam as necessidades sociais e se constituem os compromissos de ação do poder público.

Em relação ao tema, avalie as afirmativas a seguir.

- I. Como uma passagem da orçamentação tradicional para o orçamento-programa, com vistas aos objetivos e propósitos, a prática consiste em priorizar as ações que atendam efetivamente as necessidades sociais, gerando valor público.
- II. Quando se trata o orçamento como o resultado do processo de avaliação de demandas e de escolha entre alternativas, ressalta-se a sua natureza financeira; se destacadas as questões fiscais – receitas, despesas, déficits e dívidas –, é a natureza econômica do orçamento que aflora.
- III. O Estado tem no Orçamento Público a forma da gestão dos seus recursos e a sociedade tem no processo orçamentário um mecanismo primeiro de controle social.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) II e III.

6

Foi publicado, no Diário Oficial de 31/08/2023, o Novo Arcabouço Fiscal brasileiro (Lei Complementar 200/2023), que substitui o antigo teto de gastos como a âncora fiscal das contas públicas da União.

A respeito do Novo Arcabouço Fiscal, é correto afirmar que

- (A) limita o crescimento do gasto público ao crescimento da inflação observada nos últimos 12 meses.
- (B) limita o crescimento do gasto público ao crescimento da inflação prevista para os próximos 12 meses.
- (C) garante o crescimento do gasto público em 1,5% do crescimento real da receita pública.
- (D) prevê um limite inferior de 0,6% para o crescimento da despesa pública primária.
- (E) prevê uma meta contínua de déficit zero.

7

Um argumento em defesa do Novo Regime Fiscal do Brasil diz respeito ao avanço em incorporar aspectos alinhados ao conceito de sustentabilidade fiscal do setor público.

Como exemplo de medida relacionada a tal conceito, é correto apontar

- (A) a definição de um limite de gastos públicos em função do crescimento da receita pública.
- (B) o congelamento da despesa pública.
- (C) a imposição de um teto de gastos baseado na inflação observada.
- (D) a meta de déficit zero em 2024.
- (E) o estabelecimento de um limite de 0,6% para o crescimento da despesa pública primária.

8

Notícia do sítio da Câmara dos Deputados de abril de 2023 afirma que o novo regime fiscal sustentável é um sistema de controle das contas públicas.

Sobre este tema, as afirmativas a seguir estão corretas, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) O Projeto enviado ampliou a proposta do Teto de Gastos do governo Temer ao incluir as despesas constitucionais vinculadas como em saúde e educação no cômputo do Teto.
- (B) Neste novo regime é permitido o aumento anual das despesas individuais dos poderes e órgãos federais.
- (C) O novo regime prevê aumento da despesa pública primária pelo menos até 2027.
- (D) O percentual de incremento da despesa primária dependerá do cumprimento da meta de resultado primário apurada no exercício anterior ao da elaboração da lei orçamentária anual.
- (E) O novo regime fiscal induz a formação de poupança pública.

9

Sobre o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), as seguintes afirmativas estão corretas, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Auxilia a gestão da dívida pública.
- (B) Permite integrar e compatibilizar as informações no âmbito do Governo Federal.
- (C) Promove a segurança e tempestividade das informações obtidas por intermédio da contabilidade aplicada à administração pública.
- (D) É um sistema de informações descentralizadas customizáveis.
- (E) Viabiliza a integração e compatibilização das informações no âmbito do Governo Federal.

10

No processo integrado de planejamento e orçamento público, os seguintes órgãos do governo federal se destacam por seu protagonismo, respectivamente, nas vertentes orçamentária e financeira:

- (A) o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN).
- (B) a Secretaria de Orçamento Federal (SOF) e a Secretaria do Tesouro Nacional (STN).
- (C) o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Secretaria do Tesouro Nacional (STN).
- (D) a Secretaria de Orçamento Federal (SOF) e o Tribunal de Contas da União (TCU).
- (E) a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e o Ministério Público Federal (MPF).

11

É possível que, durante a execução do orçamento, os créditos possam ser insuficientes para, por exemplo, se realizar um programa de trabalho.

Nesse caso,

- (A) o referido programa deve ser cancelado por ausência de dotação.
- (B) a lei orçamentária não poderá ser alterada para viabilizar o referido programa, mas pode-se buscar financiamento externo para sua execução.
- (C) a lei orçamentária poderá ser alterada no decorrer de sua execução por meio dos denominados “créditos adicionais”.
- (D) a despesa com o referido programa de trabalho deve ser feita e registrada como “Restos a Pagar”.
- (E) a despesa com o referido programa de trabalho deve ser feita e registrada como “Despesas de Exercícios Anteriores”.

12

Para evitar o endividamento excessivo do setor público, a Regra de Ouro limita o montante de operações de crédito realizadas pelo ente às despesas de capital, mesmo com algumas ressalvas.

Nesse sentido, é correto afirmar que

- (A) o valor captado pelo ente público em operações de crédito não pode exceder os investimentos realizados.
- (B) o valor captado pelo ente público em operações de crédito não pode exceder o crescimento do serviço da dívida.
- (C) o valor captado pelo ente público em operações de crédito não pode exceder a soma do valor em investimentos, amortização da dívida e inversões financeiras realizados.
- (D) o valor das operações de crédito pleiteadas pelo ente público não pode exceder a soma dos investimentos e inversões financeiras realizados.
- (E) o valor das operações de crédito realizadas não pode exceder o valor da despesa com pessoal.

13

A receita do ISS municipal, assim como a do ICMS estadual, é exemplo de receita de imposto que guarda relação direta com o tamanho econômico.

Ela é fundamental para a autonomia financeira do ente público porque é

- (A) uma componente da receita corrente cujo incremento, tudo mais constante, eleva a representatividade da receita própria no total de receitas do ente.
- (B) uma componente da receita de capital que é arrecadada pelo próprio ente e independe do repasse de outras esferas.
- (C) uma componente das transferências correntes que, por sua vez, são asseguradas constitucionalmente e, portanto, garantem a autonomia financeira subnacional.
- (D) uma componente da receita de capital que eleva a representatividade da receita própria para cobrir as despesas com o serviço da dívida pública.
- (E) parte da receita tributária e torna o ente público menos dependente das transferências voluntárias da União.

14

Um gestor público dito conservador é aquele que planeja seus gastos com segurança no sentido de evitar incorrer em despesas que estejam além das suas disponibilidades.

Com base nesse entendimento, um indicador conservador para aferição da despesa pública deverá utilizar como referência a

- (A) despesa efetivamente paga.
- (B) despesa efetivamente liquidada.
- (C) despesa empenhada.
- (D) despesa de capital.
- (E) receita corrente líquida.

15

Uma prática bastante comum na gestão do setor público consiste em evitar o empenho de despesas em um exercício para apenas reconhecê-las no subsequente.

Essa prática para “subregistro” das obrigações financeiras implica o uso da seguinte conta:

- (A) Restos a pagar processados.
- (B) Restos a pagar não processados.
- (C) Despesas liquidadas mas não pagas.
- (D) Dívida Ativa.
- (E) Despesas de Exercícios Anteriores.

16

Os artigos 68 e 69 da Lei nº 4.320/1964 normatizam o instrumento do Suprimento de Fundos, que “*deve ser usado para as despesas que não possam aguardar o tempo necessário para o ciclo normal de um dispêndio (licitação ou contratação direta)*”.

Sobre esse instituto, é correto afirmar que

- (A) as despesas realizadas por meio de suprimento de fundos não possuem limites predefinidos.
- (B) o ato de concessão de suprimento de fundos não poderá conter despesas de pequeno vulto.
- (C) os gastos incorridos nos casos de dispensa de licitação não afetam os realizados por meio de suprimento de fundos.
- (D) o ato de concessão de suprimento de fundos só poderá conter despesas de pequeno vulto.
- (E) a concessão de suprimentos de fundos em valores superiores aos fixados previamente pelo Ministério da Fazenda é possível mediante apresentação de justificativa formal.

17

Com a intensificação dos debates envolvendo a proposta de Reforma Tributária aprovada em 2023, os gestores públicos locais clamaram pela preservação dos impostos municipais, como o ISS, porque

- (A) muito embora o mecanismo de repartição de receitas públicas no Brasil seja equilibrado, a extinção do ISS é uma afronta ao Pacto Federativo.
- (B) já há uma elevada concentração das competências tributárias e da arrecadação na União, que realiza repasses aos estados e municípios, o que estimula a dependência financeira dos governos subnacionais.
- (C) a receita de impostos municipais depende fortemente do setor serviços, que está sujeito às políticas de incentivos fiscais da União, como a de redução do IPI.
- (D) os impostos municipais representam a maior fonte de receita pública das cidades.
- (E) as alíquotas dos impostos sobre serviços são menores que as do imposto cobrado sobre mercadorias (ICMS).

18

O processo de repartição das competências tributárias explica, em grande medida, o nível de dependência financeira dos municípios no Brasil.

A esse respeito, avalie se os municípios podem instituir

- I. impostos municipais;
- II. taxas;
- III. contribuições de melhoria;
- IV. contribuições para iluminação pública;
- V. contribuições para o regime próprio de previdência.

Estão corretos os itens:

- (A) I, II, III e IV, apenas.
- (B) I, II, III, IV e V.
- (C) II, III e V, apenas.
- (D) I, II e IV, apenas.
- (E) I, IV e V, apenas.

19

Relacione os mecanismos listados a seguir com suas respectivas políticas econômicas, a saber, Política Monetária (PM) e Política Fiscal (PF).

- () Envolve a administração tributária e contribui para melhorar a distribuição da renda.
- () Por meio do aumento do gasto público é possível aumentar a renda e o PIB.
- () Envolve a definição da taxa de juros e da oferta de crédito.
- () O Banco Central é o protagonista de ações nesta área.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) PF – PF – PM – PM.
- (B) PF – PF – PF – PM.
- (C) PF – PM – PM – PM.
- (D) PF – PF – PM – PF.
- (E) PM – PF – PM – PM.

20

A escassez de poupança do setor público faz com que seja necessário captar recursos para a realização dos investimentos que irão atender as demandas da população. Uma vez desembolsados os recursos captados, estes irão compor a dívida pública.

Com base nesse argumento, é correto afirmar que

- (A) quando contrai dívida, o setor público precisa emitir títulos para cobrir os juros e as necessidades de amortização.
- (B) principalmente nos governos locais, há autonomia financeira suficiente para realizar investimentos sem necessidade de endividamento.
- (C) quanto maior o volume financeiro das operações de crédito prospectadas pelo ente público, maior será seu nível de endividamento.
- (D) a dívida pública é a principal causa do desequilíbrio financeiro municipal no Brasil.
- (E) a realização de operações de crédito é um meio para a captação de recursos que devem ser utilizados como investimentos que aqueçam a economia, para geração de riqueza e, por conseguinte, para compensar o serviço da dívida.

21

A independência do Banco Central é sempre um tema de discussão quando há divergência entre as metas para a SELIC praticadas e os interesses da equipe econômica do governo.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) No Brasil a Autoridade Monetária goza de independência para tomar decisões que visem à consecução da meta de controle da inflação.
- (B) A independência do Banco Central se verifica mais em países como os Estados Unidos e na Zona do Euro; já no Brasil o Banco Central não é independente.
- (C) No Brasil o governo federal define a taxa de juros, sendo subsidiado pela equipe técnica do Banco Central.
- (D) A determinação da taxa de juros visa a reduzir o custo do endividamento, que não sofre influência da independência da Autoridade Monetária.
- (E) Não há relação entre a independência do Banco Central e as expectativas do mercado financeiro.

22

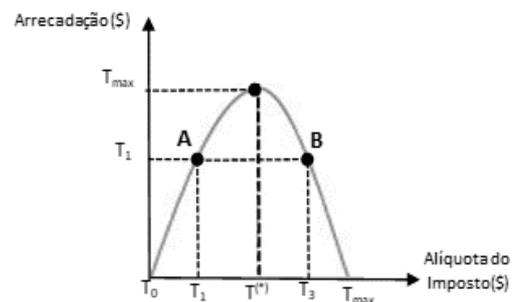
A aferição do nível de endividamento do setor público dos governos subnacionais no Brasil é realizada por meio de indicadores que encontramos, por exemplo,

- (A) na Lei de Responsabilidade Fiscal, com o limite de gastos com pessoal relativo à Receita Corrente Líquida do setor público em seus três níveis.
- (B) no Indicador de Solvência da CAPAG-STN.
- (C) na Regra de Ouro.
- (D) no Novo Arcabouço Fiscal.
- (E) na meta de resultado primário.

23

No processo recente de discussão sobre a Reforma Tributária se discutiu muito em qual patamar a carga tributária ficaria com a implantação do IVA Dual.

A análise do gráfico a seguir permite fazer algumas afirmações, com base na teoria econômica subjacente, representada na figura, entre a correlação da alíquota do imposto e o nível de arrecadação.



Em relação ao gráfico, analise as afirmativas a seguir.

- I. Pela análise da figura, observamos que ao começar do zero (T_0) até o ponto A, com o aumento progressivo das alíquotas, a arrecadação também aumentaria; o imposto cobrado seria “aceitável” economicamente até o ponto $T_{máx}$.
- II. A figura permite uma análise importante para tomada de decisões fiscais, especialmente quando se trata de impostos sobre o consumo; é possível identificar o ponto ótimo (alíquota) em que a receita fiscal é maximizada, sem comprometer a atividade econômica e a arrecadação.
- III. O modelo teórico representado pela figura relaciona a alíquota de imposto com a receita gerada por ele. A teoria sugere que, a partir de um certo ponto, aumentar a alíquota de um imposto pode levar à queda da arrecadação em função de incentivos para o aumento da atividade econômica.

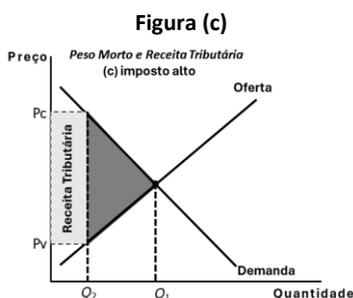
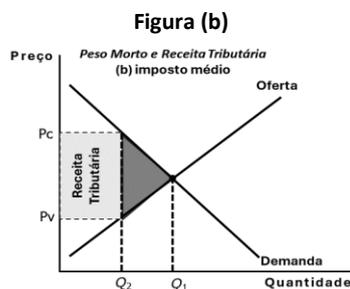
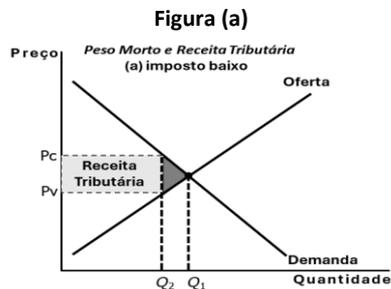
Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) III, apenas.

24

Quando o governo insere um imposto em um mercado, esse mercado passa a apresentar discrepância entre o valor recebido pelo vendedor e o valor pago pelo consumidor em função da tributação. Tal discrepância é chamada de cunha fiscal e é expressa pela equação $I = P_c - P_v$.

Abaixo são apresentadas três figuras, (a), (b), e (c), em uma demonstração de como se dá esse processo, mantidas as elasticidades constantes das curvas de oferta e demanda.



Nas figuras, P_c é o preço do consumidor e P_v , o preço do vendedor; Discrepância da equação: $CF = P_c - P_v$; PE = Ponto de Equilíbrio; PIE = Perda Irrecuperável de Eficiência (ou Peso Morto = área do triângulo em destaque).

Com base na análise dessas três figuras avalie as seguintes afirmativas:

- I. Da figura (a) para figura (c), demonstra-se uma relação direta entre o Peso Morto e a alíquota do imposto.
- II. Com base na análise das três figuras, independente das elasticidades da oferta e da demanda, a receita tributária apresenta um comportamento diferente do previsto na Curva de Laffer.
- III. Um imposto causa Peso Morto porque o estabelecimento de um imposto distorce o resultado do mercado, provocando a redução do bem-estar econômico dos contribuintes resultante da soma de valores para as quantidades não-produzidas e não-vendidas.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

25

Sobre a relação entre a tributação e a distribuição de renda no Brasil, é correto afirmar que

- (A) a elevada tributação da renda é o problema causador das desigualdades de renda no Brasil.
- (B) não há evidência de falta de percepção da tributação sobre o consumo no Brasil.
- (C) a redução da tributação sobre os itens de consumo com preços mais elevados favorecerá o consumo das classes mais pobres.
- (D) a redução linear da tributação é o caminho para o crescimento econômico e, por conseguinte, para a distribuição de renda.
- (E) uma tributação progressiva na renda e no patrimônio é um importante mecanismo para a redução das desigualdades sociais no Brasil.

26

Sobre capacidade de pagamento, endividamento e solvência do setor público brasileiro, é correto afirmar que

- (A) a análise da solvência do setor público no Brasil é realizada atualmente pela STN, por intermédio da CAPAG.
- (B) uma metodologia de análise da solvência encontra paralelo na teoria de avaliação de ativos; o fluxo esperado dos resultados primários futuros, em valor presente, deve cobrir o valor do estoque da dívida pública pré-existente.
- (C) as capitais brasileiras podem se endividar em até duas vezes o valor de suas Receitas Correntes Líquidas.
- (D) o nível de endividamento acima de 100% da Receita Corrente Líquida das capitais brasileiras impede a obtenção de garantias da União para prospectar operações de crédito.
- (E) a geração de poupança corrente é o principal indicador para aferir a capacidade de pagamento do ente público.

27

A fragilidade fiscal é aspecto marcante ao longo da história da economia brasileira, mesmo com inúmeros dispositivos legais que visam a controlar a despesa pública e, por conseguinte, o endividamento.

Entre tais dispositivos, destaca-se

- (A) a Regra de Ouro, que tem previsão constitucional e que impede que os governos se endivitem para o pagamento de despesas correntes como gastos com pessoal, benefícios sociais, juros da dívida e custeio da máquina pública.
- (B) o Novo Teto de Gastos (EC 95/2016), que limitou o crescimento real da despesa pública em 1,5% do crescimento da receita primária.
- (C) o Novo Arcabouço Fiscal, que congela em termos reais o crescimento da despesa pública.
- (D) o Novo Arcabouço Fiscal, que limita, em termos reais, o crescimento do déficit público a 1,5%.
- (E) o Novo Teto de Gastos (EC 95/2016), que garantiu um crescimento mínimo, em termos reais, da despesa pública em 0,6% do crescimento da receita primária.

28

Execução orçamentária e financeira consiste na “função do Tesouro de disponibilizar os recursos para pagar as contas do orçamento aprovado pelo Congresso Nacional, permitindo a execução eficiente das políticas públicas que impactam diretamente a vida do cidadão”. (Fonte: site da STN)

O cumprimento desta função envolve alguns documentos específicos que, seguindo os princípios de transparência, são tornados públicos.

Assinale a opção que apresenta exemplo de tais documentos.

- (A) Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) que pode ser publicado pelo poder Executivo após cada bimestre e apresenta, dentre outros aspectos, as receitas e despesas por categoria econômica.
- (B) Relatório de Gestão Fiscal (RGF), regulado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que deve ser publicado quadrimestralmente nos fechamentos dos meses de abril, agosto e dezembro, e que apresenta os limites de gastos com pessoal, endividamento e para realização de operações de crédito.
- (C) Relatório de Gestão Fiscal (RGF), que apresenta as receitas por categoria econômica e fonte, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada no bimestre, a realizada no exercício e a previsão a realizar.
- (D) Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), que apresenta um comparativo com os limites para a despesa total com pessoal, distinguindo a com inativos e pensionistas e os limites para as operações de crédito.
- (E) Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), que uniformiza a apresentação dos indicadores do setor público para gastos com pessoal, endividamento, concessão de garantias e as projeções atuariais dos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.

29

O Novo Arcabouço Fiscal é apontado como uma regra fiscal mais adequada e crível, em relação ao seu cumprimento, que algumas propostas anteriores que almejavam controlar o gasto público no Brasil.

Para justificar o argumento, as seguintes inovações podem ser apontadas, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) O estabelecimento de uma meta de resultado primário para estabilização da trajetória da dívida pública, em vez do congelamento do gasto público em termos reais.
- (B) A previsão de “bandas de tolerância” para o crescimento da despesa pública, permitindo o estabelecimento de metas, a exemplo do praticado no regime de metas de inflação.
- (C) A exceção, para cômputo do gasto público, das despesas com os pisos do enfermeiro, técnico de enfermagem, auxiliar de enfermagem e da parteira.
- (D) A previsão de um limite mínimo para crescimento do gasto público, alinhado com uma expectativa de crescimento vegetativo da população, visando manter o gasto per capita constante.
- (E) A imposição de um crescimento do gasto limitado a 70% do crescimento real da receita primária (descontadas algumas receitas extraordinárias e transferências), induzindo a formação de poupança.

30

O Balanço Orçamentário é o instrumento que demonstra a execução orçamentária da entidade. A partir do confronto entre receitas e despesas, o resultado poderá ser deficitário, superavitário ou de equilíbrio. Ademais, a análise desse demonstrativo contábil tem como objetivo apresentar indicadores que subsidiarão a análise da gestão orçamentária.

Nesse sentido, avalie os dados a seguir do Balanço Orçamentário de 2022 de determinada capital.

Especificações	Valor (em R\$ milhões)	Especificações	Despesa		
			Empenhada	Liquidada	Paga
Receitas correntes (I)	10.041	Receitas correntes (I)	9.314	9.278	9.201
Receitas de capital (II)	352	Receitas de capital (II)	970	852	830
Total	10.393	Total	10.284	10.130	10.031

Nesse cenário, avalie se as afirmativas a seguir são falsas (F) ou verdadeiras (V).

- () O Superávit Financeiro do exercício é de R\$109 bi.
- () O Valor dos Restos a Pagar Não Processados Inscritos no Exercício é de R\$154 bi.
- () Se houver superávit orçamentário, esse valor será classificado como receitas, caso contrário o valor será classificado como despesas.
- () O quociente de Resultado Orçamentário é de 1,01.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – F – F.
- (B) F – F – F – V.
- (C) F – F – V – V.
- (D) F – V – F – V.
- (E) V – V – V – F.

31

As transferências fundo a fundo são um importante mecanismo de implementação de políticas públicas caracterizadas por uma gestão descentralizada.

Acerca dessa fonte de receita para os governos subnacionais, é correto afirmar que

- (A) se caracterizam pela não-vinculação dos recursos a serem repassados dos fundos da esfera federal para fundos dos entes subnacionais.
- (B) por meio deste mecanismo se viabiliza o financiamento do SUS, com acompanhamento da responsabilidade pela execução dos serviços.
- (C) se caracterizam pelo repasse direto de recursos provenientes de fundos da esfera federal para fundos dos entes subnacionais, dispensando a celebração de convênios.
- (D) se caracterizam pelo repasse direto de recursos provenientes de fundos da esfera federal para fundos dos entes subnacionais, requerendo apenas uma formalização através de convênios.
- (E) esse mecanismo de transferência de recursos permite uma relação mais equânime entre os entes federados, uma vez que não permite discricionariedades em nível regional ou local na utilização dos recursos.

32

Regras fiscais são instrumentos legais que regulamentam alguma parte das finanças públicas (as despesas, as receitas, as dívidas ou o resultado do governo), aumentando sua previsibilidade de forma a buscar sustentabilidade fiscal no longo prazo.

Entre as métricas utilizadas, destaca-se a apuração do resultado primário, tanto pelo conceito acima da linha como pelo abaixo da linha.

A tabela a seguir apresenta esta apuração do Governo Central em 2022:

APURAÇÃO DO RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (2022)	
Especificação	R\$ Bilhões
1. Receita primária total	2.313,31
2. Transferência por repartição de receitas	457,20
3. Despesa primária líquida (1 – 2)	1.8560,10
4. Despesa primária total	1.802,00
5. Meta/resultado primário Gov. Central (3 – 4) acima da linha	?
6. Discrepância estatística e ajuste metodológico	0,84
7. Meta/Resultado primário Gov. Central (5 – 6) abaixo da linha	54,95
8. Juros nominais	503,23
9. Resultado nominal do Governo Central (7 + 8)	?

(Fonte: SOF/MPO. LDO 2024, Lei nº 14.791/2024 – Anexo IV. 1 – STN – Tabela 1.1. Resultado Primário do Governo Central – Brasil – Mensal – Resumida. Adaptado.)

A esse respeito, avalie as afirmativas a seguir.

- I. Quando se calcula o resultado pela metodologia abaixo da linha pela STN, sabe-se qual é o estoque de dívida do governo e qual é o valor dos seus ativos, porém, não se sabe como se comportaram as suas receitas e despesas. O valor apurado do Resultado Nominal foi de –R\$ 448,29 bi.
- II. A STN realiza a apuração do Resultado Primário do Governo Central acima da linha consolidando todas as receitas e despesas não financeiras registradas e identificadas. O valor de 2022 do Resultado Primário acima da linha foi de R\$ 54,10 bi.
- III. A diferença de resultado apurada entre os métodos acima e abaixo da linha é chamada de Discrepância Estatística; no ano de 2022, se chegou ao valor aproximado de 0,04% da receita primária total.

Está correto apenas o que se afirma em

- (A) II e III.
- (B) I e III.
- (C) I e II.
- (D) II.
- (E) III.

33

Encontra previsão constitucional o objetivo fundamental da República Federativa do Brasil em “*erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais*”.

No que concerne à redução das desigualdades, uma importante fonte de receita dos governos subnacionais, em especial, dos governos locais, é a receita

- (A) de transferências intergovernamentais.
- (B) do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF).
- (C) patrimonial.
- (D) das Transferências Fundo a Fundo.
- (E) industrial e de serviços.

34

A Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) prevê alguns dispositivos para garantir o cumprimento das metas fiscais do setor público, embora seja dispensado o atingimento de alguns resultados fiscais em caso de calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional, no caso da União, ou pelas Assembleias Legislativas, na hipótese dos Estados e Municípios.

Em relação ao tema, é correto afirmar, a partir da LRF, que

- (A) a realização de operações de crédito pelo ente público poderá ser efetivada em caso de calamidade reconhecida, após apresentada a verificação de limites, condições e demais restrições aplicáveis.
- (B) a concessão de garantias das operações de crédito contratadas pelo ente público poderá ser efetivada em caso de calamidade reconhecida, após apresentada a verificação de limites, condições e demais restrições aplicáveis.
- (C) a realização de transferências voluntárias entre os entes públicos poderá ser efetivada em caso de calamidade reconhecida, após apresentada a verificação de limites, condições e demais restrições aplicáveis.
- (D) a contratação entre entes da Federação poderá ser efetivada em caso de calamidade reconhecida, após apresentada a verificação de limites, condições e demais restrições aplicáveis.
- (E) não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, as relativas à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade.

35

As seguintes informações foram obtidas para dois entes públicos do Brasil:

Conta	Estado A	Município B
Despesa de Capital	R\$50 milhões	R\$20 milhões
Rec. Corrente Líquida	R\$200 milhões	R\$100 milhões
Amortização de dívida	R\$10 milhões	R\$2,5 milhões
Juros da Dívida	R\$13 milhões	R\$2,0 milhões
Dívida Consolidada Liq.	R\$300 milhões	R\$100 milhões

Diante apenas do exposto, é correto afirmar que

- (A) pela Regra de Ouro, o Estado A poderia realizar operações de crédito em até R\$100 milhões.
- (B) o gasto com o serviço da dívida pública (juros e amortização) não compromete a margem de endividamento do Estado A.
- (C) o Município B não possui margem para endividamento.
- (D) pela Regra de Ouro, o Município B poderia realizar operações de crédito em até R\$20 milhões.
- (E) o Município B e o Estado A encontram-se no limite do gasto com o serviço da dívida pública (juros e amortização).

36

Depreende-se do Portal da Transparência da Controladoria Geral da União (CGU) que “a emenda parlamentar é um instrumento que o Congresso Nacional pode utilizar na fase de apreciação legislativa para influir no processo de elaboração do orçamento anual.”

Sobre tal instrumento, é correto afirmar que

- (A) pode ser de quatro tipos: individual, de bancada, do relator ou de comissão, todos com execução orçamentária e financeira obrigatórias.
- (B) as emendas parlamentares com execução orçamentária e financeira obrigatórias estão limitadas a 2% da Receita Corrente Líquida.
- (C) é por meio da emenda parlamentar que deputados e senadores podem viabilizar compromissos políticos assumidos junto aos estados, municípios ou instituições.
- (D) para evitar constrangimentos com os pares, apenas as emendas individuais possuem execução orçamentária e financeira obrigatórias.
- (E) no sentido de buscar o bem coletivo nas decisões, apenas as emendas de bancada possuem execução orçamentária e financeira obrigatórias.

37

Uma loja de roupas apresentava os seguintes saldos em sua demonstração do resultado do exercício em 31/12/2023:

Receita Bruta de Vendas:	R\$600.000
Custo das Mercadorias Vendidas:	R\$210.000
Salário dos vendedores:	R\$70.000
Comissão dos vendedores:	R\$50.000
Tributos incidentes sobre as vendas:	R\$90.000
Propaganda das roupas à venda:	R\$30.000
Abatimentos concedidos após a entrega das roupas, por defeitos oriundos do transporte:	R\$40.000
Aluguel da loja:	R\$60.000
Depreciação dos ativos imobilizados:	R\$20.000

Assinale a opção que indica o lucro bruto apresentado na demonstração do resultado do exercício em 31/12/2023.

- (A) R\$210.000.
- (B) R\$250.000.
- (C) R\$260.000.
- (D) R\$350.000.
- (E) R\$470.000.

38

Uma loja começou suas operações de vendas de lustres em 01/01/2023.

Na data, ela adquiriu 40 lustres por R\$4.000 à vista. O preço unitário de venda do lustre era de R\$150,00.

30 lustres ficaram guardados no interior da loja, enquanto o restante foi exposto na loja. Enquanto não eram vendidos, estes 10 lustres eram utilizados para iluminação, já que não havia outra fonte de luz na loja.

Assinale a opção que indica a apresentação dos lustres no balanço patrimonial da loja.

- (A) Ativo circulante: R\$4.000.
- (B) Ativo circulante: R\$6.000.
- (C) Ativo circulante: R\$3.000; Ativo imobilizado: R\$1.000.
- (D) Ativo circulante: R\$4.500; Ativo imobilizado: R\$1.500.
- (E) Ativo circulante: R\$3.000; ativo realizável a longo prazo: R\$1.000.

39

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), em relação à Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, é correto afirmar que

- (A) complementa o Anexo de Metas Fiscais, integrante do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (B) é obrigatória para as empresas estatais dependentes e demais órgãos e entidades dos entes da Federação.
- (C) a divulgação em notas explicativas das alterações no patrimônio líquido pela natureza da informação é facultativa.
- (D) entre os itens demonstrados está a destinação do resultado, representado, principalmente, pela distribuição de juros a terceiros.
- (E) é elaborada no plano de contas aplicado ao setor público utilizando-se os grupos 3 e 4, variação patrimonial aumentativa e diminutiva, da classe 1.

40

Em 2023, uma instituição financeira pública recebeu R\$500.000 a título de juros sobre empréstimos que havia concedido em anos anteriores.

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa da instituição, o montante deve ser reconhecido como

- (A) Caixa e equivalente de caixa.
- (B) Fluxo de caixa gerado pela atividade operacional.
- (C) Fluxo de caixa gerado pela atividade de investimento.
- (D) Fluxo de caixa gerado pela atividade de financiamento.
- (E) Fluxo de caixa consumido pela atividade de financiamento.

41

Em 01/03/2023, o Governo de um estado adquiriu 20.000 vacinas contra a gripe por R\$800.000. Já o frete para o transporte da vacina do fornecedor aos postos de saúde foi de R\$10.000.

A vacina era aplicada gratuitamente aos integrantes dos grupos prioritários. Além disso, a vacina poderia ser aplicada no posto de saúde e em domicílio, para pessoas acamadas. Foi estimado que esta aplicação iria gerar um desembolso ao Governo de R\$50.000 adicionais.

Na data, a mesma vacina poderia ser aplicada em clínicas particulares ao preço de R\$60,00. Essas clínicas ainda cobravam uma taxa extra de R\$10,00 para aplicar em domicílio.

Assinale a opção que indica o montante contabilizado como estoque de vacinas no balanço patrimonial do governo, logo após a aquisição.

- (A) R\$800.000.
- (B) R\$810.000.
- (C) R\$860.000.
- (D) R\$1.200.000.
- (E) R\$1.400.000.

42

O Relatório Resumido da Execução Orçamentária abrange todos os Poderes e o Ministério Público e é publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre.

Em alguns casos, serão apresentadas justificativas da frustração de receitas, especificando

- (A) o montante correspondente a cada etapa na data da publicação.
- (B) o cancelamento de contratos com terceiros e as ações previstas para recuperá-los.
- (C) as justificativas para os atrasos de recebimentos e o novo prazo acordado para a regularização dos contratos.
- (D) a diminuição no poder de compra atribuída à inflação e os cálculos realizados para a determinação do montante.
- (E) as medidas de combate à sonegação e à evasão fiscal, adotadas e a adotar, e as ações de fiscalização e cobrança.

43

Em relação ao Relatório de Gestão Fiscal, considere as despesas a seguir.

- I. Despesas liquidadas.
- II. Despesas empenhadas e não liquidadas, inscritas até o limite do saldo da disponibilidade de caixa.
- III. Despesas não inscritas por falta de disponibilidade de caixa e cujos empenhos foram cancelados.

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, o Relatório de Gestão Fiscal conterá demonstrativos, no último quadrimestre, da inscrição em Restos a Pagar das despesas apresentadas em

- (A) I, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I, II e III.

44

Uma loja que vendia produtos perecíveis apresentava os seguintes saldos em seu balanço patrimonial em 31/12/2023:

Disponibilidades:	R\$100.000
Capital Social:	R\$200.000
Estoques:	R\$50.000
Fornecedores (60 dias):	R\$40.000
Empréstimo tomado de sócio (180 dias):	R\$25.000
Contas a pagar (540 dias):	R\$80.000
Despesas antecipadas com apropriação mensal e linear pelos 18 meses seguintes:	R\$36.000
Prejuízos Acumulados:	R\$22.000
Imóvel onde funcionava a loja:	R\$120.000
Computadores utilizados na loja:	R\$17.000.

Por meio da análise vertical do balanço patrimonial, pode-se constatar que

- (A) as receitas foram insuficientes para pagar as despesas.
- (B) os estoques são vendidos por preço menor do que o custo.
- (C) do patrimônio, 42,41% são aplicados em ativos não circulantes.
- (D) do patrimônio, 30,96% são aplicados em ativos de liquidez imediata.
- (E) do patrimônio, 12,38% são financiados por obrigações que vencem no curto prazo.

45

A Cia. Amarelo, que tinha participação na Cia. Laranja, apresentava o seguinte balanço patrimonial consolidado, em 31/12/2023:

Ativo Circulante	250.000	Passivo Circulante	65.000
		Passivo não Circulante	45.000
Ativo não circulante Imobilizado	180.000	Patrimônio Líquido	320.000
		Capital Social	200.000
		Reserva de Lucros	80.000
		Participação de não Controladores	40.000
Ativo total	430.000	Passivo + PL	430.000

Assinale a opção que indica a proporção de recursos próprios que financia a empresa, por meio do cálculo de endividamento geral.

- (A) 46,21%.
- (B) 58,14%.
- (C) 65,12%.
- (D) 74,42%.
- (E) 86,96%.

46

Em relação ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, assinale a opção que indica corretamente um grupo e a sua respectiva classe.

- (A) Transferências e Delegações Concedidas: Ativo.
- (B) Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo: Passivo.
- (C) Transferências e Delegações Recebidas: Variação Patrimonial Aumentativa.
- (D) Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos: Passivo.
- (E) Exploração e venda de bens, serviços e direitos: Variação Patrimonial Diminutiva.

47

A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, outorgou aos Sistemas de Controle Interno e Externo o poder/dever de exercer a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial das entidades da Administração Pública.

Quanto à auditoria governamental, com base na legislação, na doutrina e nas Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A fiscalização contábil é aquela que se realiza por intermédio da análise e da interpretação dos balanços e demonstrativos contábeis, compreendendo os resultados, as variações patrimoniais e todas as avaliações propiciadas por tais peças.
- (B) A fiscalização financeira trata do controle dos fluxos financeiros, ou seja, dos ingressos e saídas dos recursos financeiros nos cofres públicos.
- (C) A auditoria do setor público é um processo sistemático de obter e avaliar objetivamente evidências para determinar se as informações ou as condições reais de um objeto estão de acordo com critérios aplicáveis.
- (D) Nenhum processo, documento ou informação pode ser sonegado em inspeções ou auditorias, sob qualquer pretexto, sendo a sonegação hipótese de intervenção prevista na Constituição Federal de 1988 para promover a execução da requisição.
- (E) As auditorias financeiras são sempre trabalhos de certificação, uma vez que são baseadas em informações financeiras apresentadas pela parte responsável.

48

O constituinte se preocupou em delegar ao Poder Legislativo, composto por representantes do povo, a função fiscalizadora. Um exemplo de importante meio para o exercício de sua função fiscalizadora pela Câmara dos Deputados é a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC).

Quanto à CFFC assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A CFFC possui natureza permanente e cabe a ela deliberar quanto à tomada de contas do Presidente da República.
- (B) Cabe à CFFC, de forma exclusiva, o acompanhamento e fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, incluídas as sociedades e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público federal.
- (C) Compete à CFFC a apreciação de representações do Tribunal de Contas solicitando sustação de contrato impugnado ou outras providências a cargo do Congresso Nacional.
- (D) Cabe à CFFC o exame dos relatórios de atividades do Tribunal de Contas da União.
- (E) É atribuição da CFFC implementar o Plano Anual de Fiscalização e Controle (PAFC), em cada sessão legislativa.

49

Os Tribunais de Contas são órgãos constitucionalmente autônomos aos quais compete a fiscalização administrativo-financeira da Administração Pública em auxílio ao Parlamento, dado seu caráter preponderantemente técnico.

Quanto ao sistema Tribunais de Contas (organização e competências) assinale a afirmativa correta.

- (A) Os Tribunais de Contas são independentes entre si, não havendo sobreposição hierárquica, contudo as decisões do Tribunal de Contas da União, quando sumuladas, são de aplicação obrigatória pelas demais Cortes de Contas em âmbito nacional.
- (B) A deliberação de questões relativas à direito financeiro em leis federais, a exemplo da Lei de Responsabilidade Fiscal, é de competência exclusiva do Tribunal de Contas da União.
- (C) Os Tribunais de Contas podem afastar, de forma incidental, normas cuja aplicação no caso expressaria um resultado inconstitucional.
- (D) Os Tribunais de Contas são legitimados a propor ação direta de inconstitucionalidade.
- (E) Os Tribunais de Contas, órgãos de segunda linha de defesa no sistema de controle, deverão ter acesso irrestrito aos documentos e às informações necessárias à realização de suas atividades.

50

Nos termos da NBCA TA 220 (R3), a avaliação objetiva dos julgamentos significativos feitos pela equipe de trabalho e das conclusões obtidas sobre eles, realizada pelo sócio, ou por outro indivíduo dentro da firma ou por indivíduo externo, é denominada

- (A) supervisão da auditoria.
- (B) revisão de qualidade de trabalho.
- (C) avaliação da qualidade da auditoria.
- (D) controle de qualidade do trabalho de auditoria.
- (E) requisitos de qualidade do trabalho de auditoria.

51

Sobre a documentação de auditoria e as disposições da NBC TA 230 (R1), analise as afirmações a seguir.

- I. A documentação de auditoria tem por objetivo, dentre outros, responsabilizar a equipe de auditoria pelo trabalho realizado.
- II. Na documentação de auditoria são registrados os procedimentos executados e todas as evidências e informações levantadas durante a execução dos trabalhos.
- III. Ao documentar a natureza, a época e a extensão dos procedimentos de auditoria executados, o auditor não deve registrar quem executou o trabalho de auditoria, tendo em vista a objetividade e imparcialidade que devem estar presentes em todo o trabalho.
- IV. O auditor pode discutir e documentar assuntos significativos com outros empregados da entidade e terceiros, como pessoas que prestam serviço de consultoria.

Estão corretas apenas as afirmativas

- (A) I e III.
- (B) II e IV.
- (C) I e IV.
- (D) II e III.
- (E) I, III e IV.

52

Um empréstimo de R\$ 67.500,00 deve ser quitado em 9 meses por meio de pagamentos mensais, iguais e consecutivos, sendo o primeiro deles pago um mês após a sua contratação.

O tomador do crédito realizou os seis primeiros pagamentos rigorosamente na data acordada, mas, na data da sétima prestação, o pagamento não foi feito.

Na data do oitavo pagamento, o tomador do crédito pagou não somente a prestação correspondente, mas também a sétima (em atraso) e a última (antecipadamente), quitando, nesse ato, toda a sua dívida.

Se a taxa de juros compostos efetiva utilizada pelo credor é de 8% a.m., então o valor total desembolsado pelo tomador do crédito ao realizar o último pagamento é (*Considere $1,08^9 = 2,00$*)

- (A) R\$ 32.124,00.
- (B) R\$ 32.244,00.
- (C) R\$ 32.464,00.
- (D) R\$ 32.684,00.
- (E) R\$ 32.894,00.

53

Ao longo de um período em que a inflação acumulada foi de 4,5%, a taxa aparente de uma aplicação foi de 6%.

A taxa real de rentabilidade dessa aplicação, nesse período, foi

- (A) 1,56%.
- (B) 1,54%.
- (C) 1,52%.
- (D) 1,50%.
- (E) 1,44%.

54

Considere duas séries uniformes. Cada uma delas é composta por 22 pagamentos mensais e consecutivos de mesmo valor P, sendo uma antecipada, e a outra, postecipada.

Em ambas as séries, a taxa de capitalização composta é 12% ao mês.

Se a diferença entre os valores presentes das duas séries descritas é R\$ 2.220,00, então o valor de P é (*Considere $1,12^{22} = 12,1$*)

- (A) R\$ 2.440,00.
- (B) R\$ 2.420,00.
- (C) R\$ 2.400,00.
- (D) R\$ 2.380,00.
- (E) R\$ 2.360,00.

55

O Presidente da República, em uma conversa com a imprensa, destacou realizações do governo, todas em observância às respectivas legislações de regência, quais sejam:

- I. a criação do Ministério dos Povos Indígenas;
- II. a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados, ostentando natureza jurídica de autarquia;
- III. a celebração de um contrato administrativo de concessão de serviço público com a sociedade empresária XYZ, a gerar benefícios para a coletividade.

Com base na situação hipotética narrada e considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominante sobre as técnicas de organização administrativa, é correto afirmar que a criação do Ministério dos Povos Indígenas

- (A) é uma manifestação da desconcentração administrativa. Por sua vez, o engendramento da Autoridade Nacional de Proteção de Dados é fruto da descentralização administrativa por colaboração. Por fim, a celebração de um contrato administrativo de concessão de serviço público com a sociedade empresária XYZ caracteriza a descentralização administrativa por serviços.
- (B) é uma manifestação da desconcentração administrativa. Por sua vez, o engendramento da Autoridade Nacional de Proteção de Dados é fruto da descentralização administrativa por serviços. Por fim, a celebração de um contrato administrativo de concessão de serviço público com a sociedade empresária XYZ caracteriza a descentralização administrativa por colaboração.
- (C) é uma manifestação da descentralização administrativa por colaboração. Por sua vez, o engendramento da Autoridade Nacional de Proteção de Dados e a celebração de um contrato administrativo de concessão de serviço público com a sociedade empresária XYZ caracterizam a descentralização administrativa por serviços.
- (D) e o engendramento da Autoridade Nacional de Proteção de Dados são manifestações da descentralização administrativa por serviços. Por sua vez, a celebração de um contrato administrativo de concessão de serviço público com a sociedade empresária XYZ caracteriza a descentralização administrativa por colaboração.
- (E) e o engendramento da Autoridade Nacional de Proteção de Dados são manifestações da desconcentração administrativa. Por sua vez, a celebração de um contrato administrativo de concessão de serviço público com a sociedade empresária XYZ caracteriza a descentralização administrativa por serviços.

56

Antes de tomar uma decisão em um processo administrativo em curso que versa sobre matéria complexa e de interesse geral, o órgão público competente no âmbito da Administração Pública do Estado *Alfa*, mediante despacho motivado, abriu período de consulta pública para a manifestação de terceiros.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominante, é correto afirmar que se está diante de uma manifestação do princípio da

- (A) impessoalidade.
- (B) boa-fé objetiva.
- (C) continuidade.
- (D) participação.
- (E) moralidade.

57

João, particular requisitado para o serviço militar, Cléber, empregado público em uma empresa pública federal, e Guilherme, notário, após ser aprovado em um concurso público, conversam em um bar sobre as espécies de agentes públicos, correlacionando-as com a realidade de cada um.

Considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominante quanto às espécies de agentes públicos, eles concluem corretamente que

- (A) João é considerado um servidor público temporário, Cléber é um servidor público celetista e Guilherme é tido como um servidor público estatutário.
- (B) João é considerado um particular em colaboração, Cléber e Guilherme são considerados servidores públicos estatutários.
- (C) João é considerado um servidor público temporário, Cléber e Guilherme são considerados servidores públicos celetistas.
- (D) João e Guilherme são considerados servidores públicos estatutários e Cléber é um servidor público celetista.
- (E) João e Guilherme são considerados particulares em colaboração e Cléber é um servidor público celetista.

58

João e Guilherme, agentes públicos, foram processados na esfera criminal e administrativa pela suposta prática do crime de abuso de autoridade. Ao final do processo penal, após a observância do contraditório e da ampla defesa, João e Guilherme foram absolvidos, respectivamente, por ausência de provas e por negativa de autoria. Nada obstante, no âmbito administrativo, os agentes públicos foram demitidos.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominante, é correto afirmar que

- (A) a demissão de João está de acordo com o ordenamento jurídico, em homenagem ao princípio da independência das instâncias; por sua vez, a demissão de Guilherme é contrária ao direito posto, porquanto a absolvição criminal por negativa de autoria vincula a esfera administrativa.
- (B) a demissão de João é contrária ao ordenamento jurídico, porquanto a absolvição criminal por ausência de provas vincula a esfera administrativa; por sua vez, a demissão de Guilherme está de acordo com o direito posto, em homenagem ao resíduo administrativo.
- (C) as demissões de João e Guilherme são contrárias ao ordenamento jurídico, porquanto a absolvição criminal vincula a esfera administrativa.
- (D) as demissões de João e Guilherme estão de acordo com o ordenamento jurídico, em homenagem ao princípio da independência das instâncias.
- (E) as demissões de João e Guilherme estão de acordo com o ordenamento jurídico, em homenagem ao resíduo administrativo.

59

João, agente público competente, aplicou uma sanção a Cléber, aluno da escola pública XYZ, sob o argumento de que Cléber teria adotado comportamento contrário às normas aplicáveis ao estabelecimento estudantil. Nada obstante, a família do aluno logrou comprovar a inocência de Cléber, demonstrando que, na verdade, a punição foi aplicada para João satisfazer um interesse pessoal, desvinculado da consecução do interesse público.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominante, é correto afirmar que a possibilidade de aplicação de sanções aos alunos de escolas públicas é uma manifestação do poder

- (A) hierárquico, mas, no caso concreto, restou caracterizado o excesso de poder.
- (B) de polícia, mas, no caso concreto, restou caracterizado o desvio de finalidade.
- (C) disciplinar, mas, no caso concreto, restou caracterizado o desvio de poder.
- (D) de polícia, mas, no caso concreto, restou caracterizado o excesso de poder.
- (E) disciplinar, mas, no caso concreto, restou caracterizado o excesso de poder.

60

A sociedade empresária XYZ, após o regular procedimento licitatório, celebrou um contrato administrativo com o Município Alfa, cujo objeto é a prestação do serviço de transporte público intramunicipal de passageiros.

Nesse cenário, quanto ao destinatário e quanto ao objeto, respectivamente, é correto afirmar que o transporte público de passageiros é um serviço público

- (A) singular e administrativo.
- (B) coletivo e administrativo.
- (C) coletivo e industrial.
- (D) singular e industrial.
- (E) coletivo e social.

61

O Senado Federal convocou o Ministro de Estado da Fazenda para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado. No mesmo sentido, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados convocou o referido agente público para também prestar informações sobre idêntica temática.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que

- (A) caso o Ministro de Estado da Fazenda não compareça ao Senado Federal e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados sem apresentar justificativa adequada, não haverá a caracterização de crime de responsabilidade, pois as Casas Legislativas e suas Comissões não podem convocar, tampouco solicitar a presença de autoridades do Poder Executivo, por ausência de previsão constitucional.
- (B) caso o Ministro de Estado da Fazenda não compareça ao Senado Federal, sem apresentar justificativa adequada, restará caracterizado crime de responsabilidade; por outro lado, a ausência injustificada no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados não importa em qualquer infração, pois as Comissões não podem, isoladamente, convocar autoridades do Poder Executivo.
- (C) caso o Ministro de Estado da Fazenda não compareça ao Senado Federal e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados sem apresentar justificativa adequada, não haverá a caracterização de crime de responsabilidade, pois as Casas Legislativas e suas comissões não podem convocar, mas apenas solicitar a presença de autoridades do Poder Executivo.
- (D) caso o Ministro de Estado da Fazenda não compareça ao Senado Federal e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados sem apresentar justificativa adequada, não haverá a caracterização de crime de responsabilidade, pois as autoridades do Poder Executivo possuem a prerrogativa de prestar informações por escrito.
- (E) caso o Ministro de Estado da Fazenda não compareça ao Senado Federal e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados sem apresentar justificativa adequada, restará caracterizado crime de responsabilidade.

62

Guilherme, Juiz de Direito, possui dois processos devidamente instruídos, prontos para a prolação de sentença, quais sejam:

- I. uma ação indenizatória proposta em face do Estado *Alfa*, ao argumento de que um tabelião oficial, no exercício de suas funções, teria causado dano a terceiro;
- II. uma ação indenizatória proposta em face do Estado *Alfa*, sob o fundamento de que o Poder Público causou, por intermédio de comportamento comissivo, dano ao meio ambiente, sete anos atrás.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que

- (A) o Estado responderá, subjetivamente, pelo ato do tabelião oficial que, no exercício de suas funções, causou dano a terceiro, assentado o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa; ademais, o Estado, em tese, responde objetivamente pelo dano causado ao meio ambiente, à luz da teoria do risco administrativo, mas a pretensão de reparação civil, na espécie, está prescrita.
- (B) o Estado responderá, objetivamente, pelo ato do tabelião oficial que, no exercício de suas funções, causou dano a terceiro, assentado o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa; ademais, o Estado responderá objetivamente pelo dano causado ao meio ambiente, à luz da teoria do risco integral, sendo certo que a pretensão de reparação civil, na espécie, é imprescritível.
- (C) o Estado responderá, objetivamente, pelo ato do tabelião oficial que, no exercício de suas funções, causou dano a terceiro, assentado o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa; ademais, o Estado responde, em tese, objetivamente pelo dano causado ao meio ambiente, à luz da teoria do risco administrativo, mas a pretensão de reparação civil, na espécie, está prescrita.
- (D) o Estado responderá, subjetivamente, pelo ato do tabelião oficial que, no exercício de suas funções, causou dano a terceiro, assentado o direito de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa; ademais, o Estado responderá objetivamente pelo dano causado ao meio ambiente, à luz da teoria do risco administrativo, sendo certo que a pretensão de reparação civil, na espécie, é imprescritível.
- (E) o Estado responderá, subjetivamente, pelo ato do tabelião oficial que, no exercício de suas funções, causou dano a terceiro, assentado o direito de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa; ademais, o Estado responderá objetivamente pelo dano causado ao meio ambiente, à luz da teoria do risco integral, sendo certo que a pretensão de reparação civil, na espécie, é imprescritível.

63

O Estado *Alfa* iniciou o planejamento necessário para que possa, em momento posterior, celebrar três contratos administrativos, em observância à legislação de regência.

Veja-se:

Primeiro cenário: contratação de serviço técnico especializado, de natureza preponderantemente intelectual, com empresa de notória especialização para serviços de publicidade e divulgação.

Segundo cenário: contratação de profissionais para compor a comissão de avaliação de critérios de técnica, quando se tratar de profissional técnico de notória especialização.

Terceiro cenário: contratação de associação de pessoas com deficiência, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, para a prestação de serviços, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado e os serviços contratados sejam prestados exclusivamente por pessoas com deficiência.

Com base no enunciado posto e considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que

- (A) a situação narrada no primeiro cenário caracteriza hipótese de inexigibilidade de licitação; por outro lado, a licitação é dispensável nos casos postos no segundo e no terceiro cenários.
- (B) a situação narrada no primeiro cenário não caracteriza hipótese de inexigibilidade ou de dispensa de licitação; por outro lado, a licitação é inexigível nos casos postos no segundo e no terceiro cenários.
- (C) a situação narrada no primeiro cenário não caracteriza hipótese de inexigibilidade ou de dispensa de licitação; por outro lado, a licitação é dispensável nos casos postos no segundo e no terceiro cenários.
- (D) as situações narradas no primeiro e no segundo cenários caracterizam hipótese de inexigibilidade de licitação; por outro lado, a licitação é dispensável no caso posto no terceiro cenário.
- (E) as situações narradas no primeiro e no segundo cenários caracterizam hipótese de dispensa de licitação. Por outro lado, a licitação é inexigível no caso posto no terceiro cenário.

64

Após a observância das formalidades legais, o Poder Público e uma organização da sociedade civil formalizaram uma parceria para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 13.019/2014, é correto afirmar que a parceria entre o Poder Público e a organização da sociedade civil foi instrumentalizada por meio de um

- (A) acordo de cooperação.
- (B) termo de colaboração.
- (C) contrato de gestão.
- (D) termo de fomento.
- (E) termo de parceria.

65

Os acionistas da Companhia Samambaia, da espécie fechada, aprovaram por unanimidade, na assembleia de constituição, o estatuto social, que prevê o Conselho de Administração na estrutura organizacional.

A respeito das competências previstas na Lei nº 6.404/76 para o órgão, assinale a afirmativa correta.

- (A) É atribuição do Conselho de Administração fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, trimestralmente, os livros e papéis da companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos.
- (B) Salvo disposição estatutária em contrário, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a emissão de debêntures conversíveis em ações, especificando o limite do aumento de capital decorrente da conversão das debêntures, em valor do capital social ou em número de ações, e as espécies e classes das ações que poderão ser emitidas.
- (C) Por delegação da assembleia-geral, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a celebração de transações com partes relacionadas, a alienação ou a contribuição para outra empresa de ativos, caso o valor da operação corresponda a mais de 50% do valor dos ativos totais da companhia constantes do último balanço aprovado.
- (D) É competência privativa do Conselho de Administração deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição e autorizar a emissão de partes beneficiárias.
- (E) Nos casos de dissolução de pleno direito da companhia, competirá ao Conselho de Administração a nomeação do liquidante, exceto se o órgão não for mantido durante a liquidação.

66

O empresário exerce sua empresa de modo profissional por meio da organização de bens materiais e/ou imateriais que representam uma universalidade de fato denominada “estabelecimento”. O instituto é regulado no Código Civil, que dispõe sobre efeitos obrigacionais decorrentes da alienação do estabelecimento, também denominada “trespasse”.

Sobre os efeitos do trespasse, analise as afirmativas a seguir.

- I. Salvo disposição em contrário, a transferência do estabelecimento importa a sub-rogação do adquirente nos contratos estipulados para sua exploração, se não tiverem caráter pessoal, podendo os terceiros rescindir o contrato em noventa dias a contar da publicação da transferência, se ocorrer justa causa, ressalvada, neste caso, a responsabilidade do alienante.
- II. Se ao alienante não restarem bens suficientes para solver o seu passivo, a eficácia da alienação do estabelecimento depende do pagamento de todos os credores, ou do consentimento destes, de modo expresso ou tácito, em trinta dias a partir da publicação do contrato na imprensa oficial.
- III. A cessão dos créditos referentes ao estabelecimento transferido produzirá efeito em relação aos respectivos devedores, desde o momento da averbação do contrato à margem da inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis, mas o devedor ficará exonerado se de boa-fé pagar ao cedente.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I e II, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) II e III, apenas.

67

Filisteu, funcionário público, forneceu a Paulo, empresário, a relação dos contribuintes e seus respectivos dados pessoais constantes do banco de dados da Administração Pública para que este enviasse mensagens de *marketing* e brindes de sua empresa. A utilização efetiva dos dados repassados não chegou a ocorrer e Filisteu não cobrou ou recebeu qualquer vantagem para fornecer os dados.

Diante de tal situação hipotética, em relação à conduta de Filisteu, pode-se afirmar corretamente que

- (A) o fato é atípico, pois não houve uso efetivo das informações e nem recebimento de vantagem pessoal.
- (B) Filisteu cometeu o crime de favorecimento pessoal.
- (C) Filisteu cometeu o crime de condescendência criminosa.
- (D) Filisteu cometeu o crime de violação de sigilo funcional.
- (E) Filisteu cometeu o crime de advocacia administrativa.

68

João, funcionário contratado temporariamente para fiscalizar o cumprimento do Código de Posturas do Município de Flamengoândia, cobrou pagamento em dinheiro de alguns empresários sob a promessa de não autuá-los por descumprimento da legislação. João não chegou a receber qualquer quantia, pois o prazo de duração do seu contrato de trabalho chegara ao fim e não foi renovado. O amigo e superior hierárquico de João, José, tomou conhecimento do ocorrido à época da cobrança, mas, em razão da amizade, resolveu não instaurar procedimento administrativo-disciplinar e sequer encaminhou a notícia e seus indícios ao Ministério Público.

Diante de tal situação hipotética e da legislação vigente, é correto afirmar que

- (A) João não praticou fato típico, pois não chegou a receber o dinheiro.
- (B) José não praticou fato típico, pois João não chegou a se locupletar e não houve prejuízo aos cofres públicos.
- (C) João praticou o crime de corrupção passiva e José praticou o crime de prevaricação.
- (D) João praticou o crime de excesso de exação e José praticou o mesmo delito como partícipe por omissão.
- (E) os fatos são atípicos, pois João não era funcionário concursado e permanente e José não descumpriu dever legal de ofício.

69

Em determinado Estado-membro da federação, foi promulgada Emenda Constitucional dispondo que um percentual da arrecadação com impostos seria direcionado à manutenção da universidade mantida pelo Estado. A medida, muito comemorada por grande parcela da população, foi duramente criticada pelo Governador do Estado, que não tinha, entre suas prioridades, o fortalecimento do ensino universitário.

Por tal razão, o Chefe do Poder Executivo estadual solicitou que o Procurador-Geral do Estado analisasse a compatibilidade da referida Emenda com a Constituição da República, sendo-lhe corretamente esclarecido que

- (A) a Emenda somente será inconstitucional se o percentual estabelecido comprometer o atendimento da determinação constitucional que impõe aos Estados o dever de aplicar, na área de ensino, o mínimo de 18% da receita com impostos.
- (B) como a Emenda não vinculou a arrecadação concernente a um imposto em particular à finalidade indicada, mas, sim, um percentual da arrecadação decorrente da generalidade dos impostos, ela é constitucional.
- (C) é vedada toda e qualquer vinculação de receita de natureza tributária à realização de finalidades específicas, à margem da liberdade valorativa dos órgãos da Administração Pública na execução da lei orçamentária.
- (D) a Emenda terminou por impor restrições à competência constitucional do Poder Executivo para a elaboração e correlata apresentação, ao Poder Legislativo, da proposta de lei orçamentária.
- (E) o caráter impositivo das opções do Poder Legislativo na execução da lei orçamentária pode ser alçado, por simetria, ao plano da Constituição Estadual, logo, a Emenda é constitucional.

70

O Município Alfa, a partir de emenda impositiva apresentada pelo Deputado Federal João, recebeu recursos do orçamento da União, que passaram a lhe pertencer no ato da efetiva transferência financeira.

Em situações dessa natureza, à luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que

- (A) Alfa está vinculado à programação estabelecida na emenda parlamentar.
- (B) a integralidade dos recursos recebidos por Alfa deve ser aplicada em despesas de capital.
- (C) os recursos recebidos por Alfa não integrarão sua receita para fins de limite de endividamento.
- (D) os recursos recebidos por Alfa devem ser aplicados na área de competência constitucional da União.
- (E) o convênio celebrado para viabilizar a transferência não precisou ser aprovado pela Câmara Municipal.

Realização

